

ESCRITA DA HISTÓRIA, MEMÓRIA E CIBERCULTURA: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ESPAÇOS DE MEMÓRIA VIRTUAIS NA WIKIPÉDIA

Diogo Pereira da Silva*
Vinicius Maia Cardoso**

Introdução

Como a prática da escrita histórica se relaciona com o desenvolvimento da cibercultura? Em uma análise simplificada, é possível destacar diversos benefícios, tais como o acesso a uma ampla gama de ferramentas digitais, publicações e documentos originais, bem como as oportunidades de colaboração entre pesquisadores e grupos de estudo. O ambiente digital se configura como um meio que tem o potencial de contribuir significativamente para um aumento na produtividade acadêmica, graças ao acesso a repositórios, softwares e aplicativos que variam desde simples editores de texto até complexas plataformas e programas de simulação.

Esse conjunto de ferramenta facilita consideravelmente as tarefas relacionadas à pesquisa, escrita e disseminação de trabalhos históricos. Quando olhamos por esse prisma, a cibercultura abre caminho para uma expansão notável na rapidez com que as ideias e discursos históricos podem ser difundidos.

Não obstante as várias possibilidades, podemos constatar que essa velocidade subverte uma característica basilar do campo historiográfico – há muito esmiuçado por Michel de Certeau – e que é constituinte do lugar social do historiador: a credibilidade resultante da validação pelos pares.

Finalmente, o que é uma "obra de valor" em história? Aquela que é reconhecida como tal pelos pares. Aquela que pode ser situada num conjunto operatório. Aquela que representa um progresso com relação ao estatuto atual dos "objetos" e dos métodos históricos e, que, ligada ao meio no qual se elabora, torna possíveis, por sua vez, novas pesquisas. O livro ou o artigo de história é, ao mesmo tempo, um resultado e um sintoma do grupo que funciona como um laboratório (CERTEAU, 2007, p. 71-72).

A ampliação do uso e da disseminação de discursos históricos, através de redes sociais e plataformas na Internet, ainda tem pouco impacto no campo historiográfico que mantém a sua estruturação em torno da pesquisa acadêmica, defesas de teses perante bancas e publicações de artigos em periódicos e livros.

Devido a essas práticas estabelecidas, a disposição dos historiadores profissionais para a utilização intensiva de tecnologias digitais ainda é pouco explorada, e eles geral-

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (PPGH-UNIVERSO), *Campus Niterói*.

** Doutor em História pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (PPGH-UNIVERSO), *Campus Niterói*.

mente têm uma presença limitada no ciberespaço. Embora o desenrolar da pandemia da Covid-19 tenha trazido novas possibilidades para além das atividades de salas de aulas, uma vez que conferências, eventos, orientações e até as bancas de defesa se tornaram mediatizadas por ferramentas digitais como o Google Meet, o Zoom, o Microsoft Teams ou o YouTube.

Ao largo da produção acadêmica, no entanto, produções de caráter histórico proliferam-se livremente pela Internet, muitas vezes sendo mais acessíveis a todos do que qualquer texto acadêmico, que frequentemente luta para romper a bolha de informações restrita ao próprio campo historiográfico. Esses discursos difundidos no ciberespaço representam, de fato, um desafio significativo para a historiografia profissional.

Antes de prosseguirmos com nossas reflexões, é importante esclarecer alguns conceitos essenciais, como cibercultura e ciberespaço. Além disso, é relevante fazer uma observação à luz da pressão exercida pelo Capitalismo Neoliberal, a partir do proposto por Klaus Schwab em seu livro *A Quarta Revolução Industrial*.

Em sua exposição sobre aquilo que considera como megatendências emergentes e os impactos do que discriminou como “Quarta Revolução Industrial”, Schwab apontou alguns argumentos que sustentam a sua afirmação de que estamos em um novo momento na história da Humanidade: a velocidade, a amplitude e profundidade, e o impacto sistêmico (SCHWAB, 2016, p. 13).

Essas razões registradas demonstram a repercussão das transformações tecnológicas sobre o mundo de trabalho, as formas de produção e distribuição de mercadorias, e os modelos de organização da sociedade digital. De forma direta, Klaus Schwab (2016, p.16) define a Quarta Revolução Industrial nos seguintes termos:

Ela [a Quarta Revolução Industrial] teve início na virada do século e baseia-se na revolução digital. É caracterizada por uma internet mais ubíqua e móvel, por sensores menores e mais poderosos que se tornaram mais baratos e pela inteligência artificial e aprendizagem automática (ou aprendizado de máquina).

Neste sentido, vivemos em uma sociedade capitalista cujas relações de produção e de convívio passam, cada vez mais, a serem mediadas, sustentadas e facilitadas pelo uso intensivo e generalizado de tecnologias digitais que se integram às vidas individuais e condicionam as formas de interação, interpretação e convívio dos agrupamentos sociais.

O teórico da comunicação Pierre Lévy, já na década de 1990, indicava a existência de um “dilúvio” de informações como uma característica de uma sociedade progressivamente mais digitalizada:

As telecomunicações geram esse novo dilúvio por conta da natureza exponencial, explosiva e caótica de seu crescimento. A quantidade bruta de dados disponíveis se multiplica e se acelera. A densidade dos links entre as informações aumenta vertiginosamente nos bancos de dados, nos hipertextos e nas redes. Os contatos transversais entre os indivíduos proliferam de forma anárquica. É o transbordamento caótico das informações, a inundação de dados, as águas tumultuosas e os turbilhões da comunicação, a cacofonia e o psitacismo ensurdecedor das mídias, a guerra das imagens, as propagandas e as contrapropagandas, a confusão dos espíritos (LÉVY, 2010, p. 13).

A partir dessa alegoria, Pierre Lévy colocou em evidência a noção de ciberespaço como um meio de comunicação que surgiu da interconexão mundial pela Internet. Esta é a infraestrutura base na qual se desenvolveu a chamada cibercultura, por ele definida como um “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 2010, p. 17).

Para Francisco Rüdiger (2013, p. 10), entretanto, o ciberespaço já é um efeito da cibercultura, esta entendida como “o cultivo do mundo, nós incluídos, em termos cibernéticos”, enxergando uma profunda relação entre a cibercultura e a exploração do pensamento cibernético em uma perspectiva sócio-histórica.

Cibercultura é a expressão que serve à consciência mais ilustrada para designar o conjunto dos fenômenos cotidianos agenciado ou promovido com o progresso das telemáticas e seus maquinismos. Afinando o conceito um pouco mais, poderia bem ser definida como a formação histórica, ao mesmo tempo prática e simbólica, de cunho cotidiano, que se expande com base no desenvolvimento das novas tecnologias eletrônicas de comunicação (RÜDIGER, 2013, p. 11).

Enquanto uma tecnologia, a “emergência do ciberespaço acompanha, traduz e favorece uma evolução geral da civilização”, e, neste sentido: “Dizer que a técnica condiciona significa dizer que abre algumas possibilidades, que algumas opções culturais ou sociais não poderiam ser pensadas a sério sem a sua presença” (LÉVY, 2010, p. 25).

Pierre Lévy considera que o ciberespaço – enquanto um dispositivo de comunicação interativo e comunitário – proporcionaria acesso a um conjunto de informações e, que uma vez organizadas em grupos e comunidades possibilitariam a ampliação de conhecimentos, cooperações e trocas de ideias, aquilo que ele denominou como inteligência coletiva:

É uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competên-

cias. Acrescentemos à nossa definição este complemento indispensável: a base e o objetivo da inteligência coletiva são o reconhecimento e o enriquecimento mútuos das pessoas, e não o culto de comunidades fetichizadas ou hipostasiadas (LÉVY, 2007, p.28-29).

Através desse conceito de inteligência coletiva, Lévy busca demonstrar que por meio da rede de computadores acessamos as expressões de indivíduos que visam a colaborar para a melhoria das condições da humanidade. Em uma visão positiva sobre a questão, esses indivíduos interligados dão vida a esses sistemas informacionais, e produzem uma inteligência distribuída, que possibilitam produções intelectuais que antes seriam impossíveis.

Como uma produção colaborativa, por exemplo, cabe destaque à Wikipédia, na qual diversos usuários – muitos dos quais sem qualquer formação acadêmica – contribuem para o desenvolvimento de uma “Enciclopédia aberta” que pode ser atualizada por qualquer pessoa, seguindo as regras da comunidade. *A fortiori*, esta é uma das implicações gerais da inteligência coletiva:

De fato, o estabelecimento de uma sinergia entre competências, recurso e projetos, a constituição e manutenção dinâmicas de memórias em comum, a ativação de modos de cooperação flexíveis e transversais, a distribuição coordenada dos centros de decisão opõem-se à separação estanque entre as atividades, às compartimentalizações, à opacidade da organização social (LÉVY, 2010, pp; 28-29).

Nesta perspectiva, esse conhecimento não é totalizante, é um universal sem totalidade. A medida em que o ciberespaço se amplia, ele se universaliza e se torna menos totalizável. A cibercultura viabilizaria a constituição de uma multiplicidade de pontos de vista e diferentes conexões que permitem ao indivíduo a montagem de sua perspectiva própria. Para Lévy, isso constituiria uma universalidade sem totalidade (LÉVY, 2010, p. 111).

Através da Internet, temos a possibilidade de acessar uma universalidade de informações. Por exemplo, quando dos primeiros meses da pandemia da Covid-19, as notícias sobre a doença, as formas de contágio, prevenção, impactos nas relações sociais e nos mercados financeiros, quarentena, *lockdown* e outros assuntos correlatos atravessaram o mundo rapidamente. Em tempo real, ferramentas on-line – como o *dashboard* da Organização Mundial de Saúde – monitoravam os números da doença (casos confirmados, recuperados e fatais). Conseguimos acessar as informações sobre o desenrolar da pandemia na Ásia, na Europa, na América Latina ou nos EUA, pois este conhecimento está disponível de forma universal e

conhecimento está disponível de forma universal e aberta a todos no ciberespaço.

Nesta perspectiva, esse conhecimento não é totalizante, é um universal sem totalidade, pois a forma como os indivíduos lidam com as notícias são as mais diferentes possíveis. A cibercultura como uma “universalidade sem totalidade” pode ser lida como uma forma cultural universal que difere de outras expressões culturais – como a religião, por exemplo – por ser constituída sobre a indeterminação de qualquer sentido totalizante ou globalidade.

Quanto mais o ciberespaço se amplia, mais ele se torna “universal”, e menos o mundo informacional se torna totalizável. O universal da cibercultura não possui nem centro nem linha diretriz. É vazio, sem conteúdo particular. Ou antes, ele aceita todos, pois se contenta em colocar em contato um ponto qualquer com qualquer outro, seja qual for a carga semântica das entidades relacionadas (LÉVY, 2010, p. 111).

A cibercultura se expõe como um sistema aberto, sem modelo totalizante a ser seguido, o que se impõe é a mudança constante e acelerada, com a interação e ação dos indivíduos na rede, ou conforme observou Byung-Chul Han (2018, p.36):

Hoje não somos mais destinatários e consumidores passivos de informação, mas sim remetentes e produtores ativos. Não nos contentamos mais em consumir informações passivamente, mas sim queremos produzi-las e comunica-las ativamente nós mesmos. Somos simultaneamente consumidores e produtores.

Se até o início do século XXI, existiam os grandes veículos de mídia (como BBC, CNN, Reuters, El País, O Globo etc.) que tinham por base a comunicação de notícias de uma forma totalizada; hoje, vivemos os tempos da desmediatização.

Mídias como blogs, Twitter, ou Facebook desmediatizam [*entmediatisieren*] a comunicação. A sociedade de opinião e de informação de hoje se apoia nessa comunicação desmediatizada. Todos produzem e enviam informação. A desmediatização da comunicação faz com que jornalistas, esses antigos representantes elitistas, esses “fazedores de opinião” e mesmo sacerdotes de opinião, pareçam completamente superficiais e anacrônicos. A mídia digital dissolve toda classe sacerdotal. A desmediatização generalizada encerra a época da representação. Hoje, todos querem estar diretamente *presentes* e *apresentar* a sua opinião sem intermediários (HAN, 2018, p.36-37).

A desmediatização nada mais é que uma expressão do universal sem totalidade ao qual Pierre Lévy aludia, em que se observa uma desconstrução dos lugares sociais legitimados de produção de conhecimento, é o fim dos “intermediários”. De forma similar ao fenômeno ocorrido

ocorrido com as mídias tradicionais, em que a desmediatização rompe a barreira de intermediários entre o objeto e o público, como a historiografia lida com a diluição do seu domínio sobre o discurso histórico consumido?

Sobre os espaços de memória virtuais e a Wikipédia

Em geral, a produção historiográfica tem como principal forma de divulgação os livros impressos, artigos em revistas científicas, além de dissertações e teses disponibilizadas em repositórios na Internet. Não obstante, a maior parte da informação de cunho histórico disponível no ciberespaço pouco tem a ver com o trabalho da historiografia profissional, mas, principalmente, com produtores não acadêmicos de conteúdo que se aventuram a editar artigos na Wikipédia, produzir vídeos para canais no YouTube ou materiais para outras plataformas, além de indivíduos que promovem discussões sobre temas históricos – como a Escravidão ou a Ditadura – em comentários de postagens do Facebook ou de artigos em jornais on-line ou redes sociais.

Em uma dinâmica que expõe o fenômeno da desmediatização indicada com Byung-Chul Han, observamos que há muitas pessoas que se dedicam a veicular e comentar informações históricas no ciberespaço. Entretanto, podemos nos questionar sobre o estatuto destes discursos históricos, qual é o nível de confiabilidade de tais produções e enunciados?

A profissionalização do historiador a partir do século XIX, revestiu os pesquisadores, em geral filiados aos centros de pesquisa, de uma autoridade sobre a escrita da História, vinculando investigação, método científico, e apresentação dos resultados aos pares; ou, conforme síntese de Estevão Martins (2010, p. 10):

A História cujo renascimento se organiza e estrutura na passagem do Iluminismo para o Romantismo e se consolida ao longo do século XIX nos cenários do positivismo, do historicismo, das escolas metódicas (...) é a História como ciência. História como ciência, cujos resultados historiográficos são expressos em narrativas que encerram argumentos demonstrativos articuladores da base empírica da pesquisa e da interpretação do historiador em seu contexto. A historiografia, assim, encerra em si as características de ser empiricamente pertinente, argumentativamente plausível e demonstrativamente convincente.

A criação de cátedras, associações históricas e a conformação de um corpo de especialistas determinaram as regras do campo historiográfico e quais eram as produções que atendiam ou não aos padrões definidos.

No entanto, passadas algumas décadas da revolução digital, a centralidade dos especialistas disciplinares – não somente na História – no âmbito discursivo acaba por se diluir nas redes digitais.

Como observaram Roy Rosenzweig e Daniel Cohen (2006) “a Internet permite aos historiadores falarem com muito mais pessoas em lugares amplamente dispersos”, mas não foram somente eles que se favoreçam com as possibilidades de difusão pelo ciberespaço da Internet. Neste ínterim, se coloca um problema de natureza epistemológica, pois a compreensão popular sobre o passado difere da historiografia e, frequentemente, reflete-se na coleta de informações do passado, que se submetem ao uso e reforço de uma interpretação própria do mundo, ou na sujeição da história à memória.

Em relação à distinção História e Memória, nos remetemos à distinção conceitual estabelecida por Pierre Nora (1993: 9):

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno o presente; a história, uma representação do passado. (...) A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.

A produção de conhecimento histórico na contemporaneidade faz com que os historiadores compartilhem o ciberespaço com outras formas narrativas que não dispõem de legitimidade do lugar social dos grupos de pesquisa estabelecidos na academia.

Neste sentido, entramos num campo em que há a dinâmica entre História e Memória, entre análise científica e opinião pessoal, experiências e expectativas, e no qual se expõem as ideologias por trás de interesses sobre determinados eventos históricos ou figuras históricas. Em poucos lugares do ciberespaço essas questões são mais aparentes do que na Wikipédia, que, em inúmeros casos, é a primeira (e muitas vezes única) fonte de informações históricas para o público

geral que realiza alguma busca na Internet.

Qualquer que seja o tópico histórico a ser pesquisado no GOOGLE, são muito grandes as chances que a busca tenha como primeiro resultado um link a um artigo Wikipédia, que possui mais de um milhão e cem mil entradas somente em Língua Portuguesa, considerando números de setembro de 2023. Mas, o que é a Wikipédia? Conforme informado em sua “Página Principal” em português (PÁGINA, 2023):

A Wikipédia é um projeto de enciclopédia colaborativa, universal e multilíngue estabelecido na internet sob o princípio wiki. Tem como propósito fornecer um conteúdo livre, objetivo e verificável, que todos possam editar e melhorar. O projeto é definido pelos princípios fundadores e o conteúdo é disponibilizado sob a licença Creative Commons BY-SA e pode ser reutilizado sob a mesma licença, desde que respeitando os termos de uso. Todos podem publicar conteúdo on-line desde que criem uma conta e sigam as regras básicas, como verificabilidade ou notoriedade.

Todos os editores da Wikipédia são voluntários e integram uma comunidade colaborativa, sem um líder, onde coordenam esforços em projetos temáticos e espaços de discussão. Dentre as várias páginas de ajuda à disposição, estão as que explicam como criar um artigo ou editar um artigo. Em caso de dúvidas, não hesite em perguntar. Debates e comentários sobre os artigos são bem-vindos. As páginas de discussão servem para centralizar reflexões e avaliações sobre como melhorar o conteúdo da Wikipédia.

A elaboração dos conteúdos para a Wikipédia – enquanto uma comunidade colaborativa aberta à participação de qualquer indivíduo – é norteada por cinco pilares estabelecidos por Jimmy Wales – um dos fundadores do projeto no ano de 2001: o enciclopedismo, a neutralidade de ponto de vista, a licença livre, a convivência comunitária e a liberalidade nas regras (CINCO, 2023).

A despeito da “neutralidade de ponto de vista”, ponto bastante reafirmado pelos colaboradores, enquanto uma produção coletiva e aberta, os verbetes nos permitem examinar as compreensões dos membros da comunidade sobre a constituição de memórias coletivas acerca de representações de eventos do passado. Neste ponto, apresenta-se o seguinte questionamento: é possível enxergar um verbete histórico da Wikipédia como um espaço de memória virtual? O que tal tipo de análise pode trazer de camadas interpretativas para a compreensão sobre a escrita histórica e a memória coletiva?

Ao analisar os progressos da memória escrita e figurada da Renascença aos nossos dias, Jacques Le Goff considerou o papel central dos dicionários e enciclopédias para o alargamento da memória coletiva no

século XVIII. Esta memória técnica, científica e intelectual, exterior e parcelada, era dirigida aos vivos, e desenvolveu-se como um lugar de memória em detrimento à comemoração aos mortos (LE GOFF, 2003, p. 455-456).

“O século XIX vê (...) uma explosão do espírito comemorativo” (LE GOFF, 2003, p. 456); tal espírito comemorativo se desdobrou em selos postais, moedas, medalhas, monumentos, arquivos, museus, expressões culturais apropriadas pelos Estados Nacionais, enquanto lugares de memória. Sintetizando a relação entre história, memória e lugares de memória desenvolvidas por Pierre Nora, afirma Jacques Le Goff (2003, p 467)

História que fermenta a partir do estudo dos “lugares” da memória coletiva. “Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou as associações: estes memoriais têm a sua história”. Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se devem procurar não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: “Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiência históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória”.

Os “lugares da memória coletiva” são um campo de disputas pelo poder entre os diferentes grupos, e na cibercultura um dos espaços de disputa a serem considerados são as operações de escritas e rescrita de verbetes da Wikipédia. Cada verbete possui um histórico de edições e um fórum de discussão, no qual podem se engajar qualquer visitante casual ou um assíduo editor; neste espaço podemos verificar as interações entre os diferentes colaboradores da enciclopédia, conforme observou Mateus Pereira: “A internet e as tecnologias digitais criam e recriam outras (novas e velhas) formas de sociabilidade, ação, identidade e ativismo político. São linhas que criam elos e nós abertos, mutáveis e múltiplos de acordo com posições, disputas e emergências” (PEREIRA, 2015, p. 881).

Assim, tendo por base os seus cinco pilares, a Wikipédia insta a transparência na escrita, aproximando-se à teorização proposta por Pierre Lévy sobre a inteligência coletiva, cuja base e objetivo são o reconhecimento e o enriquecimento mútuos das pessoas (LÉVY, 2007, p. 29). Não obstante, as possibilidades de edição da Wikipédia vão de encontro às regras do campo acadêmico – gerando questionamentos sobre as informações existentes nos artigos, as suas fontes e indicações –, engendrando uma repulsa à sua utilização como referência a estudantes.

Para além desse terreno pantanoso da validade acadêmica da Wikipédia, o que nos interessa aqui é explorar o processo de elaboração de discursos históricos pelos colaboradores e

as manifestações da memória coletiva.

Por mais que “a neutralidade de ponto de vista” seja um dos pilares da comunidade, os verbetes históricos se colocam como lugares de memória virtuais, nos quais os colaboradores buscam dar sentido a eventos e a figuras históricas. Conforme nos lembra Jacques Le Goff (2003, p. 469): “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. Enquanto uma operação de escrita, as discussões e debates nos verbetes nos permitem analisar os conflitos e negociações existentes entre os colaboradores.

“Golpe de 2016” ou *Impeachment* de Dilma Rousseff: a disputa em torno da representação

Como se opera a representação de eventos na Wikipédia? De que forma a comunidade resolve seus conflitos narrativos nos fóruns de discussão? Como se processam as interações entre a construção de uma memória coletiva e o discurso acadêmico no campo da cibercultura? De forma a responder esses questionamentos, propomos um exercício de análise do verbete da Wikipédia “*Impeachment* de Dilma Rousseff”, criado no dia 5 de dezembro de 2015 – três dias após a autorização de abertura do processo de impedimento pela Câmara dos Deputados. Ao se considerar as disputas de poder em torno das narrativas a respeito do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, este verbete pode ser considerado como um espaço de memória virtual.

Este verbete foi escolhido por tratar de importante ponto de inflexão na História do Tempo Presente no Brasil, que contou com cobertura da mídia tradicional, e sobre o qual já há publicações acadêmica que buscaram analisar o contexto dos acontecimentos.

Até o dia 25 de outubro de 2020, o verbete “*Impeachment* de Dilma Rousseff” foi uma “Página protegida”, ou seja: “com um mecanismo de restrições controlado pelos administradores, que se refere à edição ou a movimentação da página. Proteger uma página é uma medida extrema, reservada normalmente aos casos nos quais a discussão não surte mais efeito” (PÁGINA PROTEGIDA, 2023). Em geral, este mecanismo de proteção é acionando quando a página sofre “vandalismo”, ou a chamada “guerra de edições”, cabe salientar que se trata de um verbete que sofreu mais de 1.921 edições desde sua criação até o dia 12 de setembro de 2023 (HISTÓRICO, 2023a).

Cabe salientar que o verbete integra o rol dos chamados

“Artigos bons”, na definição da Wikipédia (ARTIGOS, 2023):

São exemplos de trabalhos bem escritos, contêm informações precisas e verificáveis, são amplos em termos de cobertura, neutros em termos de perspectiva, estáveis e ilustrados, quando possível, por imagens relevantes com licenças adequadas. Artigos bons não são necessariamente abrangentes como os destacados, mas não devem omitir nenhuma das principais informações sobre o tópico: está disponível para consulta uma comparação dos critérios para ambos os estatutos para melhor entendimento das principais diferenças. Considerando que a Wikipédia lusófona possui atualmente um número total de 1 108 556 artigos, entre os quais estão 1411 destacados e 1815 bons, pode-se afirmar que, de modo aproximado, 1 de cada 611 artigos (aproximadamente 0.164%) são exclusivamente desse nível e 1 de cada 344 artigos cumprem com os critérios de avaliação (aproximadamente 0.291%).

Neste sentido, o verbete “*Impeachment de Dilma Rousseff*” pertence a uma amostra bem qualificada pela comunidade quando se trata da Wikipédia em Língua Portuguesa, uma vez que para entrar nesta lista “a comunidade da Wikipédia lusófona avaliou e identificou como artigos de boa qualidade” (ARTIGOS, 2023).

Examinando as suas estatísticas de acesso e edição, a página foi editada 1.921 vezes por 307 editores distintos, além de ser vigiada por 99 membros da comunidade; quanto ao número de visualizações o total é de 945.141, desde sua criação até o dia 13 de setembro de 2023. Considerando o número de acessos ao verbete já se revela um lugar ocupado pela Wikipédia como fonte de informação a cerca desse evento histórico.



Figura 1: Visualizações da página “Impeachment de Dilma Rousseff”, entre 5 de dezembro de 2015 e 13 de setembro de 2023, em escala logarítmica.

Entretanto, com base na desmediatização aludida por Byung-Chul Han, observamos que a autoridade na Wikipédia não se relaciona à autoridade do discurso histórico acadêmico, pois a aceitação de indicações a obras de pesquisadores acadêmicos não é considerada, de pronto, como válida na escrita dos verbetes. Frente a isso, cabe a análise da discussão existente no artigo do “*Impeachment* de Dilma Rousseff” sobre o redirecionamento da busca por “Golpe de 2016”.

Em 17 de março de 2018, um editor cognominado “Fgnievinski” iniciou um tópico de discussão com o tema “Também chamado de ‘golpe de 2016?’” (DISCUSSÃO, 2023):

Também chamado de ‘golpe de 2016’?

Será que já há fontes fiáveis suficientes para introduzir a denominação alternativa “golpe de 2016” em negrito na introdução desse artigo? Vejam por exemplo:

- Hebe Mattos, Tânia Bessone, Beatriz G. Mamigonian (org.), *Historiadores pela democracia: O golpe de 2016 e a força do passado*, Alameda Casa Editorial, 2016, 284 p.
- Carol Proner, Gisele Cittadino, Juliana Neuenschwander, Katarina Peixoto, Marília Carvalho Guimarães (org.) *A resistência internacional ao Golpe de 2016*, Canal 6 Editora, 2016, 496 p.
- *Enciclopédia do Golpe - Vol.1*
- *Enciclopédia do Golpe - Vol.2*

Adendos:

- Ivana Jinkings, Kim Doria e Murilo Cleto (org.), *Por que gritamos golpe? Para entender o Impeachment e a crise política no Brasil*, Boitempo Editorial, 2016, 176 p.
 - *A radiografia do golpe*
 - *A resistência ao golpe de 2016*
- Fgnievinski (discussão) 15h27min de 17 de março de 2018 (UTC)

A defesa de seu argumento da associação entre o *Impeachment* e “golpe de 2016”, o editor “Fgnievinski” citou uma série de obras publicadas por pesquisadores estabelecidos no campo acadêmico (entre historiadores, cientistas políticos, juristas e sociólogos):

- (1) “Historiadores pela democracia: O golpe de 2016 e a força do passado” – organizado por Hebe Mattos, Tânia Bessone e Beatriz Mamigonian (2016);
- (2) “A resistência internacional ao Golpe de 2016” – organizado por Carol Proner, Gisele Cittadino, Juliana Neuenschwander, Katarina Peixoto e Marília Carvalho Guimarães (2016);
- (3) Os dois volumes da “Enciclopédia do Golpes”, organizados por Bárbara Caramuru Teles (2017) e Miriam Gonçalves (2018);

- (4) “Por que gritamos golpe? Para entender o *Impeachment* e a crise política no Brasil” – organizado por Ivana Jinkings, Kim Doria e Murilo Cleto (2016), e que contou, inclusive, com a contribuição do sociólogo português Boaventura Sousa Santos; e
- (5) “A Radiografia do Golpe”, do sociólogo Jessé Souza (2016).

Não obstante a remissão a obras acadêmicas, nas quais constam textos de pesquisadores renomados, que relacionaram o processo de *Impeachment* a um golpe, houve um intenso debate em torno desta associação, com a rejeição das indicações acadêmicas propostas. À indagação do tópico “Será que já há fontes fiáveis suficientes para introduzir a denominação alternativa ‘golpe de 2016’ em negrito na introdução desse artigo?”, sucedeu-se a seguinte discussão:

Não existem. o [sic] processo teve sim motivação política, mas havia base legal.– Leandro LV (discussão) 17h22min de 17 de março de 2018 (UTC)

"Não existem"? Mas eu citei 3 fontes. Qual delas você considera não fiável, e pq? –Fgnievinski (discussão) 18h06min de 17 de março de 2018 (UTC)

Um texto deve ser julgado por si mesmo, não por quem o escreveu. Isso posto, eu acompanhei o caso nos sites e vi que havia bases legais, consequentemente eu acho que essas fontes são tendenciosas e visam ao convencimento ideológico dos leitores. –Leandro LV (discussão) 18h10min de 17 de março de 2018 (UTC)

Fgnievinski e Leandro LV Sugiro a criação do artigo Golpe parlamentar de Dilma Rousseff para abordar toda essa questão. Existe o artigo Processo de *Impeachment* de Dilma Rousseff também. Basta alguém desenvolver o conteúdo e colocar fontes. –Pedro Jorge Nunes da Costa (discussão) 18h52min de 17 de março de 2018 (UTC)

Aí vamos trabalhar com fontes extremamente ideológicas. Será missão da WP [Wikipedia] abordar essas guerras? – Leandro LV (discussão) 19h00min de 17 de março de 2018 (UTC)

Neste ponto do fórum de discussões os argumentos de “Fgnievinski” se opuseram à do outro colaborador cognominado “Leandro LV”; enquanto o primeiro propôs a associação entre “*Impeachment*” e “golpe de 2016”, baseando-se em publicações acadêmicas, o segundo considerou que tais obras são “fontes extremamente ideológicas”, cuja incorporação não faria jus à missão da Wikipédia:

Um texto deve ser julgado por si mesmo, não por quem escreveu. (...) eu acompanhei o caso nos sites e vi que havia bases legais, consequentemente eu acho que essas fontes são tendenciosas e visam ao convencimento ideológico dos leitores.

A esta posição outro colaborador de apelido “Fabiano” responde:

Discordo da inserção de tese de um dos lados no artigo, assim como da criação de uma página com o título "Golpe parlamentar de Dilma Rousseff". Não cabe ao projeto adotas [sic] posições de qualquer lado nesta história, deve se limitar a narrar os fatos. Caso contrário teria que se criar também o "Não golpe parlamentar contra Dilma Rousseff". - Fabiano18h58min de 17 de março de 2018 (UTC)

Nesse ponto de vista, enquanto um projeto enciclopédico e memorialístico, caberia ao verbete se “limitar a narrar os fatos”, em uma busca positivista pela objetividade histórica que nos remete ao “mostrar como realmente aconteceu” do jovem Ranke. Em seguida, temos uma nova argumentação do editor “Fgnievinski” em favor da associação *impeachment* e golpe, com a remissão à bibliografia, com nova réplica do usuário “Leandro LV”:

Devemos dar o devido peso às principais posições adotadas em fontes fiáveis secundárias, ao invés de tentarmos oferecer a nossa própria síntese original aqui. Devemos nos ater aos princípios de Verificabilidade e Nada de pesquisa inédita. Ademais, conforme Fontes confiáveis, "os artigos da Wikipédia não deverão depender de fontes primárias, mas sim de fontes secundárias que sejam confiáveis e oriundas de uma análise cuidada de fontes primárias." - Fgnievinski (discussão) 21h40min de 17 de março de 2018 (UTC)

Eu não ponho a mão no fogo por essas fontes. - Leandro LV (discussão) 21h45min de 17 de março de 2018 (UTC)

Sob o olhar da desmediatização, há a diluição da autoridade acadêmica, assim, observamos uma rejeição às obras indicadas, postulando-se a noção de que o discurso acadêmico seria enviesado, dentro da réplica lacônica do “Eu não ponho a mão no fogo por essas fontes”.

Em tal perspectiva a constituição de um discurso sobre o acontecimento não passaria pela incorporação de interpretações de pesquisadores, mas somente pelas informações advindas de artigos jornalísticos, que são em um total de 252 citados como referências na construção do texto do verbete (IMPEACHMENT, 2023).

Mais à frente na discussão, “Fgnievinski” retornou à sua argumentação indicando o oferecimento de disciplinas e cursos em Universidades que utilizavam em seus títulos a denominação “Golpe”, inclusive remetendo-se a um mapa idealizado pelo professor Luis Felipe Miguel, da Universidade de Brasília, a partir da ferramenta digital do GOOGLE Maps.

Há dezenas de universidades brasileiras oferecendo atualmente disciplinas/cursos intitulados "Golpe de 2016 no Brasil" -- o que mais você quer como evidência da significância dessa interpretação no meio acadêmico? – Fgnievinski (discussão) 05h10min de 18 de março de 2018 (UTC) (...)

Qual é a proporção de especialistas que falam em golpe? – Leandro LV (discussão) 17h08min de 18 de março de 2018 (UTC)

A proposição é que a denominação *golpe de 2016* tem peso significativo (não necessariamente majoritário), conforme inúmeras fontes secundárias citadas. A proposta não é renomear o artigo, mas mencionar a denominação secundária em **negrito** na introdução. – Fgnievinski (discussão) 19h53min de 18 de março de 2018 (UTC)

Assim, em março de 2018, interrompeu-se a discussão no âmbito do fórum de discussão.

Em 30 de maio de 2018, outro colaborador cognominado “SirEdimon” reiniciou a discussão do tópico retomando a disputa em torno da memória coletiva acerca deste evento, utilizando o argumento do “desbalanceamento ideológico” e do texto “o mais neutro possível”, sendo acompanhado pelo editor “WikiFer”:

Sou totalmente contrário a [sic] ideia de colocar esse título alternativo ou a criar um um [sic] artigo a parte. Isso deixaria o artigo com um claro desbalanceamento ideológico. A Wikipédia deve usar o nome oficial e tentar ser o mais neutro possível. O nome formal para o evento é "Processo de impeachment de Dilma Rousseff" e ele deve ser mantido. No artigo estão presentes os argumentos daqueles que acham que foi um golpe, que na maioria estão [sic] ligados a correntes de esquerda dentro e fora do meio acadêmico [sic]. Nenhum grande jornal ou canal de televisão ou revista chamou o evento de golpe. Acho que a Wikipédia tem que se manter "enciclopédica" o máximo possível e deixar essas [sic] brigas de discursos para outras instâncias. Até pq essa é claramente uma briga de discursos, em que um lado quer se mostrar mais convincente que o outro. Se um dia (e acho que isso nunca vai ocorrer) a corrente majoritária chegar ao consenso de que houve um "golpe" (o que como disse, acho que nunca vai ocorrer) podemos debater o assunto. – SirEdimon (discussão) 03h21min de 30 de maio de 2018 (UTC)

Discordo da inclusão deste termo "Golpe de 2016" na introdução do artigo por interesse ideológico. Essa narrativa foi inventada pelo pessoal da esquerda com o intuito de desqualificar um processo de *impeachment* permitido em lei 1079/50 e também pe-

la Constituição Federal, conforme a Lei da Responsabilidade Fiscal, que pode determinar a cassação de um Presidente da República. Se o processo, de fato, fosse um golpe, por que estes mesmos que alegam ser "golpe", não consideraram o mesmo em 1992 contra Fernando Collor? Portanto, o Congresso Nacional tem autonomia para cassar o mandato de um Chefe do Executivo. – WikiFer17h22min de 30 de maio de 2018 (UTC)

A desmediatização – enquanto característica própria da cibercultura –, permite a editores como “SirEdimon” e “WikiFer”, considerarem as produções acadêmicas indicadas como “correntes de esquerda”, como uma narrativa ideológica que associaria *impeachment* à ideia de um “Golpe de 2016”. A argumentação de “SirEdimon” considerou que os veículos de mídias não chamaram o evento de golpe e, novamente, baseia-se na defesa da objetividade e de uma neutralidade narrativa da Wikipédia.

Entre maio de 2018 e fevereiro 2020, houve tentativas de se fazer o redirecionamento das buscas por “Golpe de 2016” para a página “*Impeachment* de Dilma Rousseff”, os quais foram desfeitos pelos editores do verbete (HISTÓRICO, 2020a). Embora a discussão do tópico tenha sido em grande medida balanceada pela noção de neutralidade, o editor Fgnievinski retornou ao fórum, em 4 de fevereiro de 2020, com as seguintes postagens:

Gostaria de deixar registrado que o redirecionamento "Golpe de 2016" foi deletado, porém "Tchau, querida" persiste, indicando a predominância de certo viés de orientação política entre os editores da Wikipédia lusófona. Fgnievinski (discussão) 03h51min de 4 de fevereiro de 2020 (UTC)

Registro adicionalmente que a palavra "golpe" aparece sessenta vezes no artigo atual, confirmando que seu uso já é consagrado na bibliografia citada. Fgnievinski (discussão) 03h54min de 4 de fevereiro de 2020 (UTC).

No atual ponto da discussão do tópico, em fins de junho de 2020, deu-se outra disputa entre os defensores da associação de *impeachment* a golpe, e os defensores de a neutralidade radical da Wikipédia, com a postagem do editor “Rbertoche”, indicando que notícias de jornais já faziam uso da terminologia “golpe”:

Gostaria de dizer que estou muito surpreso que em 2020 esse artigo continue com apoio a um processo fraudulento e indiscutivelmente ilegal como este. Já foi dito por diversas pessoas que se beneficiaram diretamente com o golpe que foi golpe, incluso o próprio presidente interino Temer:

E aqui o ministro [sic] do STF Barroso:

Até o G1 admite que Dilma não participou das tais pedaladas fiscais:

Diversos meios de comunicação reconheceram que havia diálogos sobre substituição do governo federal com o fim de esconder um mar de corrupção antes da votação do processo de impeachment. Desde maio de 2016 caiu a tese de que chamar o impeachment de golpe seria teoria da conspiração, comprovada a conspiração em áudios.

A própria página do wiki sobre as pedaladas fiscais admite não haver consenso sobre isso ser crime de responsabilidade. Acho estranho por lá não haver consenso, mas aqui, sobre uma matéria que depende dessa, haver consenso absoluto que o processo tenha sido legal. Porquê [sic] tanta diferença entre a discussão nos dois artigos?

Gostaria que quem não concorda com a correção que explique a objeção de forma objetiva. Não é porque o conteúdo sempre esteve incorreto e porque vocês dizem que "não concordo" sem colocar qualquer argumento sobre a invalidade das referências citadas que se estaria invertendo o ônus da prova. Provado está em diversos meios o uso do termo. Cadê a prova de que não seria golpe? Argumento de que apesar de tudo, não tenha havido irregularidades? Não encontrei em nenhum lugar da discussão ou artigo.

Quem apoia o uso da Wikipédia para alcançar seus fins políticos devia escolher pelo menos pontos mais controversos. Sugiro corrigirmos essa falsificação o quanto antes. Com muito pesar mas esperança de que os colegas editores assumam compromisso com a verdade – Rbertoche (discussão) 04h58min de 28 de junho de 2020 (UTC)

O editor “Rbertoche” reafirma a tese do golpe, e inclui em seus argumentos a ideia de que a negação de tal associação incorreria em uma “falsificação” em relação à narrativa do evento, instando os seus colegas editores a assumir “compromisso com a verdade”. Perante isso, tem-se a réplica do editor cognominado “Bageense” que retoma o argumento da neutralidade:

@Rbertoche: É que como enciclopédia [sic] devemos manter o tom devidamente sóbrio. Berrar golpe seria politicagem. Talvez o @SirEdimon: possa explicar melhor. – Bageense 05h54min de 28 de junho de 2020 (UTC)

Em sua tréplica, “Rbertoche” retrabalhou a questão do uso de suas fontes – as indicações a artigos de jornais, e a verbetes da própria Wikipédia –, fazendo uso retórico do pilar da neutralidade perante os fatos:

@Bageense: Por favor, se dê ao trabalho de responder apenas com argumentos. Não importa o seu juízo de valor sobre a forma com que o evento é chamado ser um sussurro ou um berro. Sugiro que a discussão se limite à argumentação, pois isso é uma enciclopédia.

Não existe "tom sóbrio", apenas neutralidade perante os fatos. Se até ministros do STF e o próprio presidente Temer chamam de golpe, por favor, argumente sobre porquê a nomenclatura que eles usam é incorreta. – Rbertoche (discussão) 05h59min de 29 de junho de 2020 (UTC)

Suponhamos que você tenha razão, e "berrar golpe seja politicagem". Então algum editor da wiki lusófona deve conhecer algum argumento ou fonte que invalide a minha posição, então ficaria refutada a minha linha de argumentação de que foi reconhecidamente golpe. Caso isso ocorra, o título não seria alterado até novas refutações ou argumentos.

Mas suponhamos outra hipótese, que a meu ver é evidentemente o caso: Que a Wikipedia lusófona já contém artigos com "politicagem", que isso inclui esse artigo, e que prevalece a opinião da maioria dos editores ativos na época da discussão. Nesse caso a politicagem é exatamente o que você está fazendo: entrar em discussões em favor das suas convicções pessoais mesmo que não possua argumento nenhum pra contribuir. Eu tenho esperança de que se for esse o caso, o meu argumento não refutado seja suficiente para que efetuemos a correção.

Então mantenhamos o benefício da dúvida aqui: só com uma discussão centrada em fatos e argumentos podemos deixar claro onde está a falsificação dos fatos, se é em chamar o golpe de impeachment legal, ou chamar o impeachment legal de golpe. – Rbertoche (discussão) 06h19min de 29 de junho de 2020 (UTC)

Dentro do histórico de edições do verbete outras discussões sobre a representação da memória histórica do evento se sucederam entre os partidários da “neutralidade” e os defensores da associação entre *impeachment* e golpe, inclusive com edições desfeitas de uma contribuição dos editores “TulioT15” e “TulioT1999” – possivelmente o mesmo colaborador com dois perfis distintos – que chamaram o evento de “Golpe Civil-Parlamentar”, em suas edições durante os meses de abril

e maio de 2020, que foram desfeitas pelos editores “Bageense” e WikiFer (HISTÓRICO, 2020a).

14h23min de 3 de maio de 2020 – TulioT15 – 189 342 bytes +242 – Golpe civil-parlamentar de 2016

14h34min de 3 de maio de 2020 –WikiFer– 189 100 bytes -242 – Desfeita a edição 58177131 de TulioT15 - A fonte citação é de opinião, não um fato Etiqueta: Desfazer

23h30min de 9 de maio de 2020 – TulioT1999 – 189 578 bytes +240 – Quatro anos depois, negar o caráter político do processo de impeachment de Dilma Rousseff mostra ou ingenuidade ou desvio de caráter. O melhor título para a página é: Golpe Civil-Parlamentar de 2016. Coloquei referências (El País) que corroboram meu ponto de vista então por que continuar revertendo minha alteração?

23h35min de 9 de maio de 2020 – WikiFer– 189 338 bytes -240 – Foram revertidas as edições de TulioT1999 para a última revisão de PolymathWiki, de 20h24min de 3 de maio de 2020 (UTC) Etiqueta: Reversão

(...)

00h23min de 10 de maio de 2020 – TulioT1999 – 189 599 bytes +20 – Quatro anos depois, negar o caráter político do processo de impeachment de Dilma Rousseff mostra ou ingenuidade ou desvio de caráter.

O melhor título para a página é: Golpe Civil-Parlamentar de 2016. Coloquei referências (El País) que corroboram meu ponto de vista então por que continuar revertendo minha alteração?

00h29min de 10 de maio de 2020 – WikiFer– 189 338 bytes -261 – Desfeita(s) uma ou mais edições de TulioT1999 (A fonte El País é na coluna de opinião: ver url "opinion"; não aceitável como verificabilidade), com Reversão e avisos

Esta foi a última disputa em torno do lugar de memória virtual “*Impeachment* de Dilma Rousseff” que tem registros na página de discussão e no histórico de edições da Wikipédia. E a versão atual do verbete – que possui a palavra “golpe” utilizada 40 vezes – apresenta o seguinte parágrafo inicial (IMPEACHMENT, 2020):

O impeachment de Dilma Rousseff consistiu em uma questão processual aberta com vistas ao impedimento da continuidade do mandato de Dilma Rousseff como presidente da República Federativa do Brasil. O processo iniciou-se com a aceitação, em 2 de dezembro de 2015, pelo presidente da Câmara dos Deputados,

Eduardo Cunha, de uma denúncia por crime de responsabilidade oferecida pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, e se encerrou no dia 31 de agosto de 2016, resultando na cassação do mandato de Dilma. Assim, Dilma Rousseff tornou-se a segunda pessoa a exercer o cargo de Presidente da República a sofrer impeachment no Brasil, sendo Fernando Collor o primeiro em 1992.

Embora no interior do artigo a associação entre *Impeachment* e golpe tenha sido interdita pelos editores, em 31 de julho de 2020, foi criado um redirecionamento do verbete “Golpe de 2016” para o verbete *Impeachment* de Dilma Rousseff por um editor não identificado a partir do IP 189.75.208.20, o qual se encontra ativo em setembro de 2023 (HISTÓRICO, 2023).

Considerações finais

Enquanto um espaço de disputas, o verbete *Impeachment* de Dilma Rousseff nos permite analisar a construção dos espaços de memória virtuais, a dinâmica da desmediatização própria da cibercultura, e os conflitos existentes entre narrativas históricas e construção de memórias coletivas.

Assim, cabem alguns apontamentos, em especial quanto à questão do entendimento sobre história pelo público em geral, às formas de difusão de narrativas e à constituição de lugares de memória virtuais por grupos no ciberespaço, como o caso dos editores da Wikipédia.

Em primeiro lugar, entrando na própria característica da Wikipédia, ela é uma comunidade colaborativa, na qual qualquer pessoa pode se engajar, o que a aproxima da noção de inteligência coletiva proposta por Pierre Lévy. A Wikipédia é um campo no qual a desmediatização da cibercultura se apresenta, onde seus colaboradores não são “destinatários e consumidores passivos de informação, mas sim remetentes e produtores ativos (HAN, 2018, p.36).

Enquanto um campo desmediatizado, parte dos editores da Wikipédia se permite a rechaçar o uso de obras acadêmicas que contrariam a “neutralidade” sobre determinado acontecimento, como evidenciou o conflito em torno da associação entre *impeachment* e “golpe de 2016”. O campo acadêmico não possui autoridade sobre a escrita histórica no ciberespaço, afinal “todos querem estar diretamente *presentes* e *apresentar* a sua opinião sem intermediários” (HAN, 2018, p. 37).

Como consequência, a produção e a veiculação de discursos históricos na contemporaneidade fazem com que os historiadores compartilhem o ciberespaço com outras formas narrativas que não dispõem da legitimida-

de do campo historiográfico. Tal relação entre legitimidade e autoridade nos remete à discussão sobre a condição pós-moderna proposta por Jean-François Lyotard (1988: 79):

Quando se declara que um enunciado de caráter denotativo é verdadeiro, pressupõe-se que o sistema axiomático no qual ele é decidível e demonstrável foi formulado, que é conhecido dos interlocutores e aceito por eles como tão formalmente satisfatório quanto possível.

A proposta de escrita da história que se desenvolve a partir do pilar da neutralidade da Wikipédia aproxima o texto de uma objetividade positivista. Neste particular, a compreensão da comunidade sobre o passado difere da historiografia contemporânea, se reduzindo a uma coleta de informações do passado, num trabalho memorialista que sujeita a história à memória.

Contudo, segundo Fernando Tadeu Germinatti e Alessandra de Mello (2018:7):

Embora a história seja um conhecimento cientificamente conduzido por métodos, a objetividade é impossível sem a subjetividade, e assim, toda história, seja ela transmitida pela escrita ou mesmo pela oralidade, ao ser interpretada, permite ao sujeito algum tipo de subjetividade em sua interpretação. Nessa linha de interpretação, o pesquisador das ciências humanas se encontra alojado por construir uma pesquisa afim de obter um conhecimento dinâmico mais fortificado em diálogos que abrangem a realidade social.

Descortina-se então um paradoxo? As subjetividades do historiador de profissão, instruído academicamente e inserido em seu respectivo campo, são mais “objetivas” do que as desenvolvidas pelos que debatem na Wikipedia? Ainda segundo esses autores, “na atualidade o valor da subjetividade da ação humana sobre o processo de conhecimento do passado reaparece com novas formas e significados, uma vez que mediado por métodos científicos passa a auxiliar na orientação humana...” (GERMINATTI; MELLO: 2018: 8). Neste sentido, a possibilidade da disseminação do conhecimento histórico através das redes virtuais, no caso em tela, da Wikipedia, contrapõe o saber acadêmico ao universo das muitas subjetividades presentes na igualmente paradoxal premissa de busca de neutralidade. Se a história é *per se*, o exercício interpretativo de um passado reconstruído a partir de “escolhas que lhes são anteriores, que não resulta, pois, da observação – e que não são nem mesmo “verificáveis”, mas apenas “falsificáveis” graças a um exame crítico” (CERTEAU, 2007: 67), por certo amplificam-se essas subjetividades quando se abordam temas e recortes (igualmente subjetivos) de uma história recente, como o impeachment de Dilma Rousseff. Uma vitó-

ria dos relatos de memória na batalha pela busca do conhecimento histórico? O destronar da academia – a cuja autoridade objetividade científica veio substituir um mito da neutralidade – ou a democratização do conhecimento histórico despido de rigor científico?

Não obstante, cabe salientar a amplitude de difusão que este tipo de proposta pode ter a partir do uso das ferramentas do ciberespaço. Em comparação a qualquer artigo publicado em uma revista acadêmica que – e com muito sucesso – terá algumas centenas de acessos, o verbete *Impeachment* de Dilma Rousseff já teve mais de 900 mil visualizações, o que nos coloca perante a constatação de que ao se buscar uma informação histórica o público em geral irá encontrar no local mais acessível e aberto, como é o caso de projetos virtuais como a Wikipédia.

Certamente, este não é um convite para que os historiadores passem a editar a Wikipédia, mas uma constatação de que há uma demanda do público em geral por informações históricas, e que cabe aos pesquisadores estabelecerem formas de envolvimento e engajamento. As tecnologias digitais podem auxiliar na produção e difusão de narrativas e interpretações históricas, mas não alterarão as relações entre o público em geral e a academia.

Neste sentido, na mesma medida em que a memória coletiva está em processo de virtualização, verificamos que as formas de acesso aos discursos sobre passado precisam se adequar ao novo contexto, incorporando mídias digitais e novas tecnologias, sem perder o compromisso com a interpretação histórica, e sem correr o risco dos pesquisadores falarem um idioma que somente os pares entenderão.

Referências

ARTIGOS bons. In: **WIKIPÉDIA**: a enciclopédia livre. 2023. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipédia:Artigos_bons>. Acesso em: 10 set. 2023.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2ª Ed. São Paulo: Forense Universitária, 2007.

CINCO pilares. In: **WIKIPÉDIA**: a enciclopédia livre. 2023. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipédia:Cinco_pilares>. Acesso em: 10 set. 2023.

COHEN, Daniel J. ROSENZWEIG, Roy. **Digital History: A Guide to Gathering, Preserving and Presenting the Past on the Web**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006. Disponível em <<http://chnm.gmu.edu/digitalhistory/index.php>>. Acesso em 10 set. 2023.

COHEN, Daniel J. The Ivory Tower and the Open Web: Introduction: Burritos, Browsers, and Books (Draft). **Dan Cohen's Digital Humanities Blog**, 26 July 2011. Disponível em <<http://www.dancohen.org/2011/07/26/the-ivory-tower-and-the-open-web-introduction-burritos-browsers-and-books-draft/>>. Acesso em 10 set. 2023.

DISCUSSÃO: Impeachment de Dilma Rousseff. In: **WIKIPÉDIA**: a enciclopédia livre. 2023. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Discussão:Impeachment de Dilma Rousseff](https://pt.wikipedia.org/wiki/Discussão:Impeachment_de_Dilma_Rousseff)>. Acesso em: 13 set. 2023.

GERMINATTI, Fernando Tadeu; MELLO, Alessandra de. O conhecimento histórico e a busca pela verdade: uma leitura da subjetividade e da objetividade na dualidade entre sujeito e objeto. **Research, Society and Development**, vol. 7, núm. 5, 2018 Universidade Federal de Itajubá, Brasil. Disponível em: [O conhecimento histórico e a busca pela verdade: uma leitura da subjetividade e da objetividade na dualidade entre sujeito e objeto \(redalyc.org\)](https://www.redalyc.org/) Acesso em: 30 out. 2023.

GONÇALVES, Miriam (Org.). **Enciclopédia do Golpe**. Volume 2: O papel da mídia. Bauru, SP: Canal 6, 2018.

HAN, Byung-Chul. **No enxame**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2018.

HISTÓRICO de edições de “Golpe de 2016”. In: **WIKIPÉDIA**: a enciclopédia livre. 2023. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Golpe de 2016 &action=history](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Golpe_de_2016&action=history)>. Acesso em: 14 set. 2023.

HISTÓRICO de edições de “Impeachment de Dilma Rousseff”. In: **WIKIPÉDIA**: a enciclopédia livre. 2023a. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Impeachment de Dilma Rousseff&action=history](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Impeachment_de_Dilma_Rousseff&action=history)>. Acesso em: 14 set. 2023.

IMPEACHMENT de Dilma Rousseff. In: **WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre**. 2023. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Impeachment de Dilma Rousseff](https://pt.wikipedia.org/wiki/Impeachment_de_Dilma_Rousseff)>. Acesso em: 13 set. 2023.

JINKINGS, Ivana. DORIA, Kim. CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe?** Para entender o *Impeachment* e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª Ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2003.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**. Por uma antropologia do ciberespaço. 5ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

LYOTARD, Jean-François. **O Pós-Moderno**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MATTOS, Hebe. BESSONE, Tânia. MAMIGONIAN, Beatriz G. (Org.) **Historiadores pela democracia: O golpe de 2016 e a força do passado**. São Paulo: Alameda, 2016.

MARTINS, Estevão de Rezende. Introdução: O renascimento da História como ciência. In: MARTINS, Estevão de Rezende (Org.) **A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 7-14.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História. São Paulo. n.10, p.7-28, 1993.

PÁGINA principal. In: **WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre**. 2023. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipédia:Página principal](https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipédia:Página_principal)>. Acesso em: 10 set. 2023.

PÁGINA protegida. In: **WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre**. 2020. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipédia:Página protegida](https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipédia:Página_protegida)>. Acesso em: 10 set. 2023.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia Historia**. n. 31, v. 57, pp. 863-902, 2015

PRONER, Carol. *et al.* (Org.) **A resistência internacional ao Golpe de 2016**. Bauru, SP: Canal6, 2016.

RÜDIGER, Francisco. **As Teorias da Cibercultura: perspectivas, questões e autores**. 2ª Ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.
SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

TELES, Bárbara Caramuru (Org.). **Enciclopédia do Golpe. Volume 1**. Bauru, SP: Canal 6, 2017.

Neste artigo, temos por objetivo examinar as conexões entre o discurso historiográfico e a constituição de espaços de memória virtuais no contexto da cibercultura. Para tanto, estabelecemos uma análise do verbete “Impeachment de Dilma Rousseff” na Wikipédia Lusófona, compreendendo como o processo de desmediatização gera o compartilhamento do ciberespaço entre historiadores profissionais e outras formas de produção e difusão de escritas da História.

RESUMO

Cibercultura, Espaços de Memória Virtuais, Desmediatização, Wikipédia

PALAVRAS-CHAVE

In this article, our aim is to examine the connections between historiographical discourse and the constitution of virtual memory spaces within the context of cyberculture. To do so, we establish an analysis of the entry 'Impeachment of Dilma Rousseff' on the Lusophone Wikipedia, understanding how the process of demediatization fosters the sharing of cyberspace between professional historians and other forms of production and dissemination of historical writings.

ABSTRACT

Cyberculture, Virtual Memory Spaces, Demediatization, Wikipedia

KEYWORDS

DIOGO PEREIRA DA SILVA

E-mail: profdiogo.psilva@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4350-0967>

VINICIUS MAIA CARDOSO

E-mail: maia-vinicius@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7175-4449>

RECEBIDO: 25.05.2023

ACEITO: 11.06.2023